



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 7 de junho de 2022

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na segunda-feira	Capital de giro Na segunda-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,82% São Paulo	111.360 / 110.186	R\$ 1.212	30/maio 4,754 31/maio 4,753 1/junho 4,804 2/junho 4,788	R\$ 5,130	6,76%	12,95%	Dezembro/2021 0,73 Janeiro/2022 0,54 Fevereiro/2022 1,01 Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06

TRABALHO

Dotação de R\$ 1,7 bilhão destinada a recompor ganhos dos servidores é usada para reduzir cortes de despesas dos ministérios. Para o Fonacate, governo teria decidido não corrigir salários neste ano

Verba para reajuste sai do Orçamento

» MICHELLE PORTELA

O governo federal decidiu usar a reserva de R\$ 1,74 bilhão destinada ao pagamento de reajuste de servidores incluída no Orçamento da União deste ano, para reduzir os cortes de despesas anunciados em maio. A ação indica “decisão por não dar aumento para o funcionalismo neste ano”, de acordo com o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques.

“Ao empurrar a decisão para um momento em que não haverá mais tempo hábil para implementar reajustes, o governo mostra que já decidiu não recompor as perdas inflacionárias, que já levaram um terço dos salários do funcionalismo. Se isso se confirmar, Bolsonaro será o único presidente da República, em 20 anos, a não recompor de forma linear o salário dos servidores”, disse Marques.

O Ministério da Economia informou que, com o remanejamento da reserva de R\$ 1,7 bilhão, o bloqueio nos gastos dos ministérios será de R\$ 6,96 bilhões, número menor do que os R\$ 8,2 bilhões anunciados anteriormente.

De acordo com o ministério, o governo optou por reduzir o bloqueio de despesas utilizando o recurso reservado ao reajuste dos servidores do Executivo federal, inclusive, anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Porém, ainda de acordo com a pasta, uma decisão definitiva sobre reajuste salarial será tomada até o fim de junho.

A verba de R\$ 1,7 bilhão seria inicialmente usada para incrementar ganhos de policiais federais. Diante do descontentamento das demais categorias, que não aceitaram ficar de fora do reajuste, o governo vinha, ultimamente, acenando com um aumento linear de 5% para todo o funcionalismo. Essa medida teria um custo de R\$ 6,3 bilhões. Se o reajuste

Ana Volpe/Agência Senado



Bolsonaro queria dar aumento só para policiais, depois acenou com reajuste de 5% para todas as categorias. Prazo para decisão está acabando

realmente for feito, esse valor terá que ser conseguido mediante um novo bloqueio no orçamento dos ministérios.

Prazo apertado

Na avaliação de Marques, se o governo não resolver agora a questão, vai ficar impossível conceder aumento de salários ao funcionalismo, devido à Lei de Responsabilidade Fiscal, que impede o presidente da República de aprovar reajustes com pessoal 180 dias antes do fim do mandato.

“O governo teria até esta terça-feira para enviar ao Congresso o

projeto de lei (PLN) para reforçar o Orçamento deste ano de modo que dê para produzir efeitos até 2 de julho. No entanto, hoje (ontem), o governo foi na direção oposta, ao usar o volume já reservado para o reajuste para abater a necessidade de contingenciamento. Isso já indica que a decisão é dar reajuste zero”, disse o presidente do Fonacate. Segundo Rudinei Marques, as entidades representativas do funcionalismo pretendem denunciar aos 1 milhão e 200 mil servidores civis ativos e aposentados, e seus pensionistas, o descaso do governo com a categoria.



Ao empurrar a decisão para um momento em que não haverá mais tempo hábil para implementar reajustes, o governo mostra que já decidiu não recompor as perdas inflacionárias, que já levaram um terço dos salários do funcionalismo”

Rudinei Marques, presidente do Fonacate

Mais empregos formais

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que o Brasil criou 196,9 mil empregos com carteira assinada em abril passado. O levantamento, divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, aponta que o setor de serviços puxou o resultado positivo.

De acordo com o Caged, houve melhora em relação ao verificado no mesmo mês do ano passado — quando haviam sido abertas 89,5 mil vagas — e na compração com março deste ano (88,1 mil).

Segundo João Maurício Lemos Rosal, economista-chefe da Terra Investimentos, o Caged aumentou a coleção de surpresas positivas nos indicadores de atividade. “O fato de o BEM — programa de garantia provisória de emprego — ter se encerrado em abril torna ainda mais impressionante o resultado. O vigor do desempenho do emprego no setor de serviços sugere que a economia está colhendo frutos do

retorno à normalidade das atividades presenciais”, disse.

De acordo com o Caged, quatro dos cinco setores da economia que têm os dados computados tiveram resultados positivos na geração de vagas. O setor de trabalho formais, consolidando a recuperação do setor no período pós-pandemia. Os demais setores tiveram um patamar semelhante de geração de trabalho. É o caso do comércio (29.261 vagas), da indústria (26.378) e construção civil (25.341). A agropecuária fechou 1.021 vagas.

O Caged é alimentado por informações fornecidas ao governo pelas empresas — e considera apenas os empregos com carteira assinada, isto é, não inclui os informais. Com isso, os resultados não são comparáveis com os números do desemprego divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletados por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Contínua (Pnad). A pesquisa do IBGE é mais abrangente, pois considera trabalhadores informais e por conta própria.

Segundo o Pnad, o índice de desemprego no Brasil caiu para 10,5% no trimestre de fevereiro a abril, o menor nível para esse período desde 2015, mas a falta de trabalho ainda atinge 11,3 milhões de brasileiros.

Pandemia

Os dados do Caged apresentam uma grande diferença nos números do início da pandemia. Em abril de 2020 foram fechadas 981,8 mil vagas com carteira assinada. A comparação com anos anteriores a 2020, segundo análises, não é mais adequada porque o governo mudou a metodologia.

Segundo o secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Previdência, Bruno Dalcolmo, como em abril do ano passado o Brasil estava passando pelo pico dos casos de covid-19, foi registrada base baixa

AFP



País criou 196,9 mil vagas com carteira assinada em abril

de comparação naquele mês.

“Os números estão em linha com o processo de recuperação da economia brasileira. É um número bastante superior ao registrado em abril do ano passado. Lembremos que, em abril de 2021, houve um processo de pico da covid do Brasil. Então

justifica um número baixo (naquele mês)”, declarou Dalcolmo.

Os números do Caged de abril deveriam ter sido divulgados em maio. Segundo o governo, a demora se deve a um atraso da Dataprev no repasse de informações, devido à necessidade de realizar um novo processamento de dados. (FS)

CONJUNTURA

Mercado aumenta expectativa de inflação

» FERNANA STRICKLAND

O Banco Central (BC) divulgou, ontem, a atualização parcial das expectativas de mercado, apuradas de acordo com a Pesquisa Focus, para 3 de junho de 2022. Segundo o levantamento, a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial da inflação, subiu para 8,89% em 2022, uma alta de 1 ponto percentual em relação ao levantamento de 2 de maio. Para 2023, a previsão foi para 4,39%, aumento de 0,29 ponto.

A projeção das mais de 100 instituições financeiras consultadas pelo BC para o resultado do IPCA de 2022 está muito acima da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 3,5%, com tolerância de 1,5 ponto percentual, ou seja, a meta será cumprida se o índice ficar entre 2% a 5%. Para 2023, a projeção do mercado é de 4,39%, o que se aproxima do teto da meta de inflação — indicando uma desancoragem das expectativas. A meta para o próximo ano é de 3,25%, também com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Segundo o Boletim Focus, o mercado acredita que o Produto Interno Bruto (PIB) terá aumento de 1,20% em 2022. A cotação prevista do dólar foi para R\$ 5,05 no final de 2022 e de 2023, vindo de R\$ 5,00 e R\$ 5,04, respectivamente. Já a previsão para Selic ficou em 13,25% para o fim de 2022.

PIB mais fraco

Para o economista e sociólogo Vinicius do Carmo, os dados não são animadores. “Um aumento na expectativa de inflação de mais 1 ponto é uma indicação de que o crescimento do PIB no ano que vem pode enfraquecer ainda mais”, explicou. “O que é mais importante de destacar é que, na consulta, o IPCA aferido é bem superior ao projetado pela meta. A meta é de 3,5%, com uma banda superior de mais 1,5%, totalizando 5% ao ano, mas o mercado, aferido pelo Focus, aponta para uma expectativa de mais de 8%.”

Para 2023, Vinicius do Carmo comentou que a projeção dos bancos já se aproxima da banda superior da meta. “Isso demonstra uma desancoragem das expectativas do mercado, isto é, aumento da desconfiança com relação aos parâmetros adotados pela política do BC.”

Bruno Hora, co-fundador da Invest Smart, tem uma visão um pouco mais otimista sobre a inflação. “O Boletim Focus claramente sinalizou que a inflação caminha para ser controlada e que o juros vai seguir o mesmo caminho. Com a inflação diminuindo, não vemos necessidade de novo aperto monetário. A gente vê os juros voltando a cair do final desse ano para o ano que vem”, disse.

No entanto, ele também vê a economia mais enfraquecida em 2023. “O boletim sinaliza que os efeitos desse período de juros e inflação altos vão ser sentidos em 2023, período em que o PIB deve crescer muito devagar. Então, vamos ver um pouco de aperto econômico, quase como se fosse uma recessão para 2023, devido à política monetária que fomos obrigado a fazer este ano” apontou.